

BRKB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Semestre e Exercício Findos em
31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

BRKB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
CNPJ: 33.923.111/0001-29

Relatório da Administração

A Administração da BRKB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2010. A evolução das operações e os principais fatos ocorridos neste semestre e exercício, além da situação econômico-financeira da Companhia, poderão ser examinados por meio da leitura do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado do Exercício e do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e das Notas Explicativas. A Administração da Companhia comunica em atendimento à Resolução 4.122/2012, que as operações estão aderentes aos objetivos descritos no plano de negócios e no seu Estatuto.

A Diretoria

São Paulo, 31 de março de 2022.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
BRKB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BRKB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Distribuidora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BRKB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Distribuidora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Distribuidora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Distribuidora continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Distribuidora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ



Jônatas José Medeiros de Barcelos
Contador
CRC nº 1 RJ 093376/O-3

BRKB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	Nota explicativa	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota explicativa	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante		6.000	10.285	Circulante		2.985	2.878
Disponibilidades		12	9	Outras obrigações		2.985	2.878
Títulos e valores mobiliários	4	5.966	8.531	Fiscais e previdenciárias	8	10	3
Carteira própria		5.966	8.531	Diversas	9	2.975	2.875
Outros créditos		22	20	Exigível a longo prazo		9.926	9.843
Rendas a receber	5 e 8	20	20	Outras obrigações		9.926	9.843
Imposto a compensar		2	-	Provisões para contingências	8	9.926	9.843
Outros valores e bens	5	-	1.725	Patrimônio líquido	10	21.447	22.454
Outros valores e bens		-	1.725	Capital social realizado		28.088	28.088
				De domiciliados no exterior		28.088	28.088
				Prejuízos acumulados		(6.641)	(5.634)
Realizável a longo prazo		26.581	23.051				
Contas a receber de partes relacionadas	7	9.234	5.493				
Depósitos judiciais	8	14.505	14.505				
Outros créditos - diversos	5	1.117	3.053				
Outros valores e bens	5	1.725	-				
Permanente		1.777	1.839				
Investimentos		1.770	1.832				
Participação em controlada - Outras participações - MEP	6	1.728	1.790				
Outros investimentos		42	42				
Imobilizado de uso		-	-				
Imobilizado de uso		181	181				
Depreciação acumulada		(181)	(181)				
Intangível		7	7				
Licença de uso de softwares		757	757				
Amortização acumulada		(750)	(750)				
TOTAL DO ATIVO		34.358	35.175	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		34.358	35.175

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRKB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto prejuízo por ação)

	Nota explicativa	31/12/2021 Semestre	2021 Exercício	2020 Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		187	269	262
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	11	187	269	262
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		187	269	262
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(606)	(1.276)	(1.789)
Receitas de prestação de serviços	12	60	100	100
Resultado de participação em controlada	6	(28)	(61)	(174)
Outras despesas administrativas	13	(906)	(1.749)	(2.213)
Despesas provisões fiscais e previdenciárias		(41)	(83)	(52)
Despesas tributárias		(31)	(98)	(53)
Outras receitas	14	413	729	770
Outras despesas	14	(73)	(114)	(167)
RESULTADO OPERACIONAL		(419)	(1.007)	(1.527)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O RESULTADO		(419)	(1.007)	(1.527)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	15	-	-	-
PREJUÍZO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		(419)	(1.007)	(1.527)
QUANTIDADE DE AÇÕES NO FINAL DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		18.423.984	18.423.984	18.423.984
PREJUÍZO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO POR AÇÃO - Em R\$		(0,02)	(0,05)	(0,08)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRKB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	<u>31/12/2021</u> Semestre	<u>2021</u> Exercício	<u>2020</u> Exercício
PREJUÍZO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	10	(419)	(1.007)	(1.527)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		<u>(419)</u>	<u>(1.007)</u>	<u>(1.527)</u>
ATRIBUÍVEL A ACIONISTAS DA COMPANHIA	10	<u>(419)</u>	<u>(1.007)</u>	<u>(1.527)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRKB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social realizado</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2020		28.088	(4.107)	23.981
Prejuízo do exercício		-	(1.527)	(1.527)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	10	<u>28.088</u>	<u>(5.634)</u>	<u>22.454</u>
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2021		28.088	(5.634)	22.454
Prejuízo do exercício		-	(1.007)	(1.007)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	10	<u>28.088</u>	<u>(6.641)</u>	<u>21.447</u>
SALDOS EM 1º DE JULHO DE 2021		28.088	(6.222)	21.866
Prejuízo do semestre		-	(419)	(419)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	10	<u>28.088</u>	<u>(6.641)</u>	<u>21.447</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRKB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2021</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
	<u>Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do semestre/exercício	(419)	(1.007)	(1.527)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do semestre/exercício com o caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>28</u>	<u>61</u>	<u>174</u>
Resultado de participação em controlada	28	61	174
Variação de ativos e passivos	<u>393</u>	<u>949</u>	<u>1.352</u>
Redução de títulos e valores mobiliários	244	2.565	3.876
Redução (Aumento) de outros créditos	1.916	1.934	681
Aumento (Redução) de partes relacionadas e outros valores e bens	(1.830)	(3.741)	(2.413)
Redução de outras obrigações	63	191	(792)
Caixa líquido aplicado (gerado) nas atividade operacionais	<u>2</u>	<u>3</u>	<u>(1)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	<u><u>2</u></u>	<u><u>3</u></u>	<u><u>(1)</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	10	9	10
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	12	12	9
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	<u><u>2</u></u>	<u><u>3</u></u>	<u><u>(1)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRKB DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A BRKB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Distribuidora” ou “BRKB” ou “DTVM” ou “BRKB DTVM”), está organizada sob a forma de distribuidora de títulos e valores mobiliários, de acordo com a Resolução nº 1.120/86 do Banco Central do Brasil - BACEN. Conforme AGE de 27 de dezembro de 2021, em homologação junto ao Banco Central do Brasil, sua sede foi transferida da Rua Lauro Muller, 116, salas 2.101, 2.102 e 2.108 - Botafogo - Rio de Janeiro - RJ, para Cidade e Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, 14.261, Ala B, 20 andar, WT Morumbi, Vila Gertrudes.

Em linha com a estratégia global do Grupo Brookfield Brasil, sua controladora indireta, a DTVM oferece serviços de administração de recursos próprios e de terceiros, com especialização na área de gestão financeira. Para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2021, a Distribuidora mantém apenas a administração do Fundo de Investimento Imobiliário Panamby (“Fundo Panamby”).

A BRKB avaliou os eventuais efeitos da pandemia do Coronavírus (COVID-19) em suas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2021 e ressalta que até o momento da aprovação dessas demonstrações financeiras, não houve impacto relevante em seus negócios que justificasse divulgações adicionais. A Administração tem analisado e tomado ações efetivas para preservar a integridade de pessoas e ativos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Distribuidora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, em consonância com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - Cosif.

A fim de adequar-se às normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu normas e suas respectivas interpretações e orientações, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras apenas quando aprovadas pelo BACEN.

Os pronunciamentos contábeis aprovados pelo BACEN, até o presente momento, foram:

- Resolução CMN nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 - R1).
- Resolução CMN nº 3.604/08 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (CPC 03 - R2).
- Resolução CMN nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 - R1).
- Resolução CMN nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25).
- Resolução CMN nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24).
- Resolução CMN nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 - R1).
- Resolução CMN nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23).

- Resolução CMN nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação do Relatório Contábil Financeiro (CPC 00 - R2).
- Resolução CMN nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - R1).
- Resolução CMN nº 4.524/16 - Efeitos das Mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (CPC 02 - R2).
- Resolução CMN nº 4.534/16 - Ativo Intangível (CPC 04 - R1).
- Resolução CMN nº 4.535/16 - Ativo Imobilizado (CPC 27).
- Resolução CMN nº 4.748/19 - Mensuração do Valor Justo (CPC 46).
- Resolução BCB nº 02/2020 - Resultado por Ação (CPC 41).

Até a presente data, não é possível estimar quando os demais pronunciamentos contábeis do CPC serão aprovados pelo BACEN, bem como não é possível antecipar quais impactos de futuras adoções.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras são as seguintes:

- a) As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, que é a moeda funcional da DTVM. Todos os saldos foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.
- b) O regime de apuração do resultado é o de competência.
- c) Os saldos realizáveis e exigíveis com vencimento em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.
- d) Os ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados pelo custo, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias e cambiais incorridos, deduzidos das correspondentes rendas de realização futura e/ou provisões para perdas, exceto os títulos e valores mobiliários, os quais estão demonstrados conforme descrito na nota explicativa nº 4.
- e) A carteira própria representa o total de disponibilidade em moeda nacional, utilizado pela Distribuidora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.
- f) O investimento em controlada (nota explicativa nº 6) é avaliado pelo método de equivalência patrimonial, cuja contrapartida é registrada no resultado, na rubrica “resultado de participação em controlada”.
- g) A provisão para imposto de renda, quando aplicável, é constituída mensalmente, com base no lucro real, ajustado pelas adições e exclusões, à alíquota de 15% acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240. A contribuição social, quando aplicável, é constituída à alíquota de 15%, apurada sobre o resultado tributável ajustado na forma da legislação em vigor. O imposto de renda e contribuição social diferidos, quando aplicáveis, são calculados com base nas respectivas alíquotas efetivas sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.
- h) O lucro ou prejuízo por ação é calculado com base na quantidade de ações em circulação nas datas dos balanços.

- i) O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos abaixo:
1. Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.
 2. Provisão para processos judiciais: são constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Passivos contingentes - são incertos e não é reconhecida provisão contábil, e, quando classificados como perda possível, eles são divulgados.
- j) A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, requer que a Administração da Distribuidora se baseie em estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir significativamente dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão referente a processos judiciais e do valor de mercado de determinados ativos e passivos.
- k) A Em relação aos novos procedimentos e critérios gerais para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras, previstas na Resolução nº 2, de 12 de agosto de 2020 do Banco Central do Brasil, a Administração da BRKB não identificou nenhum impacto relevante oriundo dessa resolução.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

- a) Títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fundo de Investimentos não exclusivos (*)	5.966	8.531
Total em Carteira Própria	<u>5.966</u>	<u>8.531</u>

- (*) Em 31 de dezembro de 2021, a Distribuidora possui cotas de um fundo de investimento, administrado pelo Itaú Unibanco S.A. (Itaú Soberano Renda Fixa Simples de Longo Prazo - Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento). O percentual de cotas da Distribuidora neste Fundo em 31 de dezembro de 2021 é de 0,02568% (0,04349% em 31 de dezembro de 2020). A carteira do fundo é formada, substancialmente, por cotas de fundos de investimentos, lastreada por títulos públicos federais.

5. OUTROS CRÉDITOS E OUTROS VALORES E BENS

Abaixo, a composição das rubricas Outros Créditos Diversos e Outros Valores e Bens:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Valores a Recuperar (*)	1.117	3.053
Outros (**)	<u>1.747</u>	<u>1.745</u>
Total	<u><u>2.864</u></u>	<u><u>4.798</u></u>
Total - Circulante	22	1.745
Total - Não Circulante	2.842	3.053

(*) Em 17 de agosto de 2004, a Cyrela Vermont de Investimentos Imobiliários Ltda. (“Cyrela”) e o Banco Brascan (atual BRKB DTVM) firmaram Instrumento Particular de Promessa de Venda e Compra de determinados imóveis integrantes da Gleba C do Loteamento denominado Projeto Urbanístico Panamby (“Setor 07”). Entretanto, considerando que a Distribuidora é proprietária fiduciária dos imóveis e administradora do Fundo Panamby, esta foi arrolada como Ré em 14 (quatorze) Execuções Fiscais movidas pelo município de São Paulo por inadimplência do pagamento de determinadas parcelas de IPTU dos exercícios de 2015, 2016 e 2017 do Setor 07.

A Distribuidora aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) do município de São Paulo, arcando com os pagamentos das referidas parcelas inadimplentes e, por consequência, as referidas execuções fiscais do IPTU foram extintas. Em decorrência das negociações recentes com Cyrela, a BRKB recebeu no segundo semestre do exercício de 2021, o montante correspondente ao IPTU dos exercícios de 2015 e 2016 no total de R\$ 2.324 (R\$ 1.937 referente ao valor adiantado pela BRKB e R\$ 387 referente à atualização monetária).

O valor de R\$1.117, em 31 de dezembro de 2021 (R\$3.053, em 31 de dezembro de 2020), refere-se, portanto, à parcela de IPTU do exercício de 2017 do Setor 07. O montante correspondente ao exercício de 2017, de R\$ 1.117, ainda está sem prazo determinado, estando vinculado à evolução da estratégia de monetização dos ativos do FII Panamby, sendo os períodos subsequentes a serem reembolsados pelo Fundo Panamby.

(**) O valor nessa rubrica inclui principalmente, o valor de um bem imóvel registrado pelo valor líquido de provisão para perda, em R\$1.725, (R\$1.725 em 31 de dezembro de 2020) adjudicado, em outubro de 2019, como garantia de operações de crédito de um cliente, cuja posse foi obtida em janeiro de 2020 e a propriedade encontra-se em fase de registro. Para fins de registro dos valores de R\$2.240 e da respectiva provisão de R\$515 foram considerados, respectivamente, o laudo de avaliação judicial apenso ao processo de execução e laudo de avaliação contratado pela BRKB em 2020. Na avaliação da Administração da BRKB, o valor líquido do imóvel em 31 de dezembro de 2021 é R\$1.725, considerando que o valor imóvel não sofreu variações relevantes no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

6. INVESTIMENTOS - PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADA - OUTRAS PARTICIPAÇÕES - MEP

A participação em controlada está demonstrada abaixo:

Controlada	% Participação	Quant. de cotas	Capital social	Resultado		Patrimônio líquido		Resultado de Equivalência Patrimonial		Saldo contábeis	
				31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
BRKB Participações I Ltda.	99.99	2.193.000	2.193	(61)	(174)	1.728	1.790	(61)	(174)	1.728	1.790

A sociedade controlada tem por objeto a participação em outras sociedades como sócia ou acionista. Atualmente, a mesma encontra-se sem atividades operacionais e não participa de outras empresas como sócia ou acionista.

7. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<u>Ativos</u>		
Energia Sustentável FIP Multiestratégia	20	20
Ativos circulantes	<u>20</u>	<u>20</u>
Fundo Panamby (a)	9.234	5.493
Ativo não circulantes	<u>9.234</u>	<u>5.493</u>
Total dos ativos	<u>9.254</u>	<u>5.513</u>
 <u>Receitas (b)</u>		
Cedar FIP Multiestratégia	20	-
Júpiter FIP	20	-
Energia Sustentável FIP Multiestratégia	40	100
Sunrise FIP Multiestratégia	<u>20</u>	<u>-</u>
Total de receitas	<u>100</u>	<u>100</u>
 <u>Despesas</u>		
Fundo Panamby	-	2
Total de despesas	<u>-</u>	<u>2</u>

A Distribuidora tem como acionista controlador a BBFH LLC (atual denominação de Brookfield Brazil Financial and Holdings LLC), sediada em Delaware (Estados Unidos), uma subsidiária controlada indiretamente pela Brookfield Asset Management Inc., empresa de capital aberto listada nas bolsas de Nova Iorque e de Toronto sob o símbolo BAM e na NYSE Euronext sob o símbolo BAMA.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Distribuidora prestava serviços de administração de carteira para um único fundo de investimento imobiliário.

- (a) A Distribuidora possuía, em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$9.234 a título de valores a receber do Fundo Panamby (R\$5.493 em 31 de dezembro de 2020), sendo: R\$2.168 referentes às despesas com IPTU incorridas com o Loteamento Setor 07 do Fundo Panamby a serem reembolsadas pelo referido fundo no contexto do projeto de realização dos terrenos em curso, conforme comentado na nota explicativa nº 5, pagos até março de 2020; e, R\$7.066 referente às demais despesas operacionais, incluindo IPTU, de responsabilidade do Fundo Panamby, que também serão reembolsados pelo Fundo e passaram a ser pagos pela BRKB a partir de abril de 2020.
- (b) No escopo de serviços prestados a partes relacionadas, além da Administração dos fundos, quando demandada, a Distribuidora também realiza a distribuição de cotas de Fundos de Investimentos em Participações do Grupo. Neste exercício findo em 31 de dezembro 2021, a Distribuidora auferiu R\$100 de receita desta natureza (R\$100 em 31 de dezembro de 2020).

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração da Administração para o exercício a findo em 31 de dezembro de 2021 foi aprovada em Ata de Assembleia Geral Ordinária, realizada em 20 de abril de 2021, sendo fixada a remuneração global anual de R\$400 (R\$400 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS, OBRIGAÇÕES LEGAIS E PROVISÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Os valores das provisões e respectivos depósitos judiciais são demonstrados como segue:

	Provisões fiscais e previdenciárias		Depósitos judiciais	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (a)	-	-	4.701	4.701
Interposição rec. trabalhistas	774	691	652	652
Programa de Integração Social - PIS (b)	1.279	1.279	1.279	1.279
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (b)	7.873	7.873	7.873	7.873
Outras obrigações legais	10	3	-	-
Total	<u>9.936</u>	<u>9.846</u>	<u>14.505</u>	<u>14.505</u>
Parcela do circulante	10	3	-	-
Parcela do não circulante	9.926	9.843	14.505	14.505
Total	<u>9.936</u>	<u>9.846</u>	<u>14.505</u>	<u>14.505</u>

- (a) Em 2003, o antigo Banco Brascan (atual BRKB DTVM) renegociou dois contratos de operações de crédito, gerando naquela data, um prejuízo na renegociação no montante de R\$15.620. Consequentemente, reduziu, naquela data, sua base fiscal de CS e IR. Em janeiro de 2004, o Banco Brascan impetrou um Mandado de Segurança visando resguardar seu direito à manutenção da dedução fiscal efetuada em 2003. Foi concedida liminar em antecipação da tutela recursal, porém, durante o primeiro trimestre de 2007, essa liminar foi cassada e o antigo Banco Brascan, proativamente, efetuou um depósito judicial no valor de R\$4.701, em 15 de fevereiro de 2007. A ação encontra-se aguardando julgamento dos recursos interpostos perante o Superior Tribunal de Justiça, e a probabilidade de perda é avaliada pelos assessores jurídicos como possível. Consequentemente, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras.
- (b) Em 2006, o antigo Banco Brascan (atual BRKB DTVM) impetrou um mandado de segurança a respeito da ampliação da base de cálculo do PIS e COFINS efetuando depósitos judiciais até janeiro de 2015 (fato gerador dezembro de 2014) e provisionando integralmente os valores não recolhidos. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o montante provisionado de PIS e COFINS são de R\$1.279 e R\$7.873 respectivamente. Em 31 de dezembro de 2021, aguarda-se ainda decisão do Supremo Tribunal Federal.

Abaixo, segue a movimentação das provisões fiscais e previdenciárias:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo inicial	9.846	9.798
Adições	236	291
Baixas/reversões	<u>(146)</u>	<u>(243)</u>
Total	<u>9.936</u>	<u>9.846</u>
Saldo final de provisões fiscais e previdenciárias	9.926	9.843
Saldo final de provisões fiscais e previdenciárias - não judiciais	<u>10</u>	<u>3</u>
Total	<u>9.936</u>	<u>9.846</u>

As baixas e reversões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são representadas, basicamente, por liquidações de impostos correntes (PIS/COFINS, ISS, IR retidos, etc.), sendo R\$57 no semestre findo em 30 de junho de 2021 (R\$243 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

As causas passivas avaliadas como perdas possíveis possuem valores estimados conforme tabela abaixo, separada por natureza:

	<u>31/12/2021</u>		<u>31/12/2020</u>	
	Quantidade de processos	R\$	Quantidade de processos	R\$
Cível	9	1.511	7	885
Tributário	<u>17</u>	<u>17.400</u>	<u>17</u>	<u>17.260</u>
Total	<u>26</u>	<u>18.911</u>	<u>24</u>	<u>18.145</u>

As principais ações possíveis da BRKB estão descritas a seguir:

- Em 2011, o antigo Banco Brascan recebeu termo de encerramento de procedimento fiscal em relação ao INSS de período fiscalizado de 2007. A Receita Federal do Brasil cobra, neste termo, a quantia atualizada, para 31 de dezembro de 2021, de R\$1.246 (R\$1.221 em 31 de dezembro de 2020), a título de INSS, parte patronal, incidentes sobre a parcela da participação nos lucros e resultados dos empregados. Em 2011, foi impetrada defesa administrativa junto à Receita Federal do Brasil. A discussão principal tornou-se definitiva na esfera administrativa desfavoravelmente à BRKB e, desde então, não houve qualquer manifestação ou intimação da Receita Federal do Brasil nesse sentido. Não obstante, em 31 de dezembro de 2021, a Administração permanece com o entendimento de que quando este processo for levado à juízo, as chances de êxito são favoráveis à Distribuidora, pois há precedentes do Superior Tribunal de Justiça favorável à tese sustentada na defesa.
- Desde 2012, por meio de processo administrativo, a BRKB litiga com a Secretaria da Receita Federal em relação a compensações de créditos fiscais formalizados por pedidos eletrônicos, por meio da manifestação de inconformidade apresentada em face do Despacho Decisório que deixou de compensar o crédito utilizado e indeferiu integralmente as compensações de débitos de IRRF pleiteadas, por considerar inexistentes os referidos créditos fiscais. O montante do risco atualizado, em 31 de dezembro de 2021, é de R\$4.625 (R\$4.273 em 31 de dezembro de 2020). Em 31 de dezembro de 2021, aguarda-se a decisão da Secretaria da Receita Federal.

- Em dezembro 2016, foi lavrado, pela Secretaria da Receita Federal, contra a Distribuidora um auto de infração. Trata-se da glosa de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa referente a despesas dedutíveis de honorários advocatícios, originando uma redução indevida do IRPJ e da CSLL no valor de R\$2.903 no ano-calendário 2011. Os valores envolvidos neste processo não importam em contingência de tributo a ser adimplido, motivo pelo qual o valor atualizado do passivo não se altera. Tendo em vista a decisão desfavorável em primeira instância administrativa, em 31 de dezembro de 2021, aguarda-se a decisão do recurso apresentado pela Distribuidora junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF.
- Em fevereiro de 2020, por maioria de votos, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF decidiu pela anulação das decisões favoráveis ao antigo Banco Brascan em dois processos administrativos relativos à cobrança de IRPJ, CSLL e IRF, nos valores históricos de R\$77.900, R\$29.000 e R\$49.800, respectivamente, em operações financeiras realizadas nos anos de 1998 e 1999. A referida decisão foi objeto de recurso pela BRKB perante o Conselho Superior de Recursos Fiscais - CSRF. Se mantida a decisão, os dois processos administrativos serão submetidos ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF para novo julgamento. Não obstante, a Administração possui o entendimento de que as decisões originais do ponto de vista tributário foram corretas e espera que uma nova decisão, na hipótese de novo julgamento, seja mais uma vez favorável.

Os processos avaliados como perda possível pelos assessores jurídicos, não foram objeto de provisionamento nas demonstrações financeiras da Distribuidora.

Existem determinadas ações judiciais em que a BRKB figura no polo ativo de natureza cíveis e tributárias, nas quais a probabilidade de ganho é provável. Não é possível determinar com precisão os valores envolvidos nestas ações, que representam potencial ganho em favor da Distribuidora, pois não se espera a recuperação integral do crédito em discussão devido à própria natureza dos referidos processos, além das expectativas de ganhos de determinadas causas ativas não serem consideradas, até a presente data, como praticamente certas. Sendo assim, o montante dos ativos correspondentes ainda não foi contabilizado nas demonstrações financeiras da BRKB. Dentre essas ações judiciais, a BRKB obteve sucesso na penhora de determinados ativos que foram levados a leilão e cujos recursos provenientes ainda não são determináveis devido aos custos que ainda serão descontados como parte do processo de recuperação desses ativos, incluindo eventuais dívidas pré-existentes.

Controlada BRKB Participações I Ltda.

Em relação à BRKB Participações I Ltda. (empresa controlada pela Distribuidora), os principais processos, avaliados como perdas possíveis, foram avaliados no montante de R\$14.131 em 31 de dezembro de 2021 (R\$14.557 em 31 de dezembro de 2020), sendo as principais descritas abaixo:

- a) Ação impetrada em 2008, visando pagamento de indenização pela Brascan S.A. Corretora de Títulos e Valores (atualmente denominada BRKB Participações I Ltda.) à FUNCEF referente a perdas e danos por prejuízos suportados pela entidade nas operações com contratos futuros, entre dezembro de 1995 e 1998, e pelas baixas taxas de devoluções de corretagens auferidas. O valor recalculado e atualizado, em 31 de dezembro de 2021, é de R\$1.390 (R\$1.815 em 31 de dezembro de 2020).

- b) Em 2005, foi lavrado em face da Brascan S.A. Corretora de Títulos e Valores o auto de infração nº 51.103/2005, formando, posteriormente, o processo 04/353.044/2005. Alegou-se a falta de recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, no valor de R\$2.102 (valor histórico), supostamente devido pela prestação de serviços próprios de instituição financeira, ocorridos de janeiro de 2000 a fevereiro de 2004. Em 2015, recebemos cópia da decisão final na via administrativa, mantida a cobrança no valor R\$8.131. Iniciou-se a discussão na esfera judicial, onde a BRKB Participações I Ltda. apresentou o Seguro Garantia e os devidos embargos à execução. Em que pese a decisão contrária em primeira instância, a probabilidade de perda é avaliada como possível pelos assessores jurídicos em 31 de dezembro de 2021, tendo em vista o recurso apresentado. O valor em 31 de dezembro de 2021, é de R\$12.742 (R\$12.742 em 31 de dezembro de 2020).

As causas passivas avaliadas como perdas possíveis possuem valores estimados conforme tabela abaixo, separada por natureza:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Quantidade de processos	R\$	Quantidade de processos	R\$
Cível	1	1.390	1	1.815
Tributário	4	13.066	4	13.307
Total	5	14.456	5	15.122

Os processos da BRKB Participações I Ltda. avaliados como perda possível pelos assessores jurídicos, não foram objeto de provisionamento nas demonstrações financeiras da Distribuidora.

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	31/12/2021	31/12/2020
Valores a pagar a ex-cotistas de clubes encerrados (a)	2.939	2.837
Outras administrativas	30	32
Outros	6	6
Total	2.975	2.875
Passivo circulante	2.975	2.875
Passivo não circulante	-	-

- (a) Em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$2.939 (R\$2.837 em 31 de dezembro de 2020), refere-se ao saldo remanescente dos Clubes de Investimentos extintos, disponibilizado para saque pelos seus cotistas, administrados pela BRKB DTVM (atual denominação do Banco Brascan S.A.).

A seguir, movimentação de valores a pagar a ex-cotistas:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	2.736	2.728
Atualização monetária passiva	203	109
Total	2.939	2.837

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social e dividendos

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 18.423.984 ações, sendo 9.211.992 ações ordinárias e 9.211.992 ações preferenciais sem direito a voto, todas nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas:

<u>Acionistas</u>	<u>Nº de ações</u>	
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>
BBFH LLC	9.211.992	9.211.991
Brookfield Brazil Ltd.	-	1

As ações preferenciais participam com 10% a mais que as ordinárias nas distribuições de dividendos, os quais poderão ser declarados à conta Lucros Acumulados ou Reservas de Lucros, com base nos resultados anuais ou semestrais, a critério da Diretoria. É assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com a legislação societária, em cada exercício a todas as ações. A Administração pode optar pelo pagamento de juros sobre o capital próprio em substituição aos dividendos obrigatórios.

11. RESULTADO DE OPERAÇÕES COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>2021</u>		<u>2020</u>
	<u>Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	<u>187</u>	<u>260</u>	<u>262</u>
	<u>187</u>	<u>269</u>	<u>262</u>

12. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	<u>2021</u>		<u>2020</u>
	<u>Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
Comissões: distribuição, colocação intermediação e coordenação	<u>60</u>	<u>100</u>	<u>100</u>
Total	<u>60</u>	<u>100</u>	<u>100</u>

13. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2021		2020
	Semestre	Exercício	Exercício
Aluguéis	(10)	(115)	(68)
Serviços técnicos especializados	(297)	(558)	(1.170)
Processamento de dados	(352)	(678)	(573)
Comunicações	(3)	(6)	(13)
Serviços de terceiros	(55)	(127)	(171)
Serviços sistema financeiro	(186)	(259)	(151)
Seguros	-	-	(15)
Publicações	-	-	(35)
Viagens	-	-	(2)
Despesas de emolumentos judiciais e cartórios	(1)	(3)	(12)
Outras despesas administrativas	(2)	(3)	(3)
Total	(906)	(1.749)	(2.213)

14. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

a) Outras receitas

	2021		2020
	Semestre	Exercício	Exercício
Recuperação de crédito (a)	20	333	43
Variação monetária ativa (b)	390	393	727
Outras	3	3	-
Total	413	729	770

(a) Durante o exercício de 2021, o valor de R\$333, refere-se a créditos realizados oriundos de processo de recuperação de operações de crédito do antigo Banco Brascan.

(b) Para o valor total reconhecido no exercício de 2021, parte do valor representado pelo montante de R\$387 refere-se à atualização de reembolso do IPTU sobre empreendimento do Fundo Panamby, adiantados pela BRKB, recebidos da Cyrela no 2º semestre de 2021, conforme detalhado na nota explicativa nº 5.

b) Outras despesas

	2021		2020
	Semestre	Exercício	Exercício
<u>Outras despesas administrativas</u>			
Atualização monetária passiva (*)	(73)	(114)	(116)
Provisão de "Impairment"	-	-	(51)
Total	(73)	(114)	(167)

(*) Atualização monetária de valores a pagar a cotistas de clubes extintos.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Apresentamos, abaixo, a reconciliação entre o imposto de renda e contribuição social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(1.007)	(1.527)
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	40%	40%
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas de legislação	<u>403</u>	<u>611</u>
Ajustes Permanentes:		
Resultado de Participação em controlada	(25)	(70)
Ajustes Temporários:		
Provisões fiscais e previdenciárias	(33)	(21)
Outras Provisões	-	(20)
Recuperação de crédito baixado como prejuízo	<u>133</u>	<u>17</u>
Crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social	<u><u>478</u></u>	<u><u>517</u></u>
Compensação de impostos sobre o lucro diferido não constituído	-	-
Créditos tributários não constituídos	(478)	(517)
Imposto de renda e contribuição social	-	-

O montante acumulado dos créditos tributários não constituídos dada a ausência de expectativa futura de receitas tributáveis, provenientes de base negativa de Contribuição Social e Prejuízo fiscal de Imposto de Renda, em 31 de dezembro de 2021, é de R\$12.241 (R\$12.243 em 31 de dezembro de 2020) e R\$12.422 (R\$11.942 em 31 de dezembro de 2020), respectivamente.

A Medida Provisória 1.034/2021, convertida na Lei 14.183/2021, entre outras medidas, elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Instituições Financeiras em geral, com efeitos a partir de 01 de julho de 2021. No caso das Distribuidoras de Títulos e Valores a alíquota passará dos atuais 15% para 20% até 31 de dezembro de 2021, retornando para 15% a partir de primeiro de janeiro de 2022.

16. RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Distribuidora é administradora de um fundo de investimento imobiliário.

17. CONTROLE DE RISCO E GERENCIAMENTO DE CAPITAL

a) Risco de Crédito

Fundamentado na Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017 do Banco Central do Brasil, o risco de crédito da Distribuidora está ligado à gestão dos limites de risco aceitáveis de capital, de precificação e de gerenciamento da carteira de uma instituição financeira e neste contexto, o risco de crédito da mesma se mantém mitigado, visto que estamos posicionados em aplicações financeiras em um fundo de investimento, não exclusivo, administrado pelo Banco Itaú, cuja carteira está lastreada em títulos públicos de renda fixa do Governo Federal.

O relatório com a descrição da estrutura de gestão do risco de crédito pode ser encontrado na sede da Distribuidora.

b) Risco de Mercado

A Distribuidora gerencia e monitora o Risco de Mercado de suas operações utilizando metodologias e modelos aderentes e condizentes com a realidade do mercado nacional e internacional. O Risco de Mercado é definido como o risco decorrente de variações de preços e taxas nos mercados de Taxas de Juros, Ações, Câmbio e “Commodities”.

O relatório com a descrição da estrutura de gestão do risco de mercado pode ser encontrado na sede da Distribuidora.

c) Risco de Liquidez

A liquidez da carteira própria da Distribuidora é monitorada pela Distribuidora com o objetivo de que sejam adequados os fluxos de caixa futuros e eventuais necessidades de resgates de títulos da carteira própria.

O relatório com a descrição da estrutura de gestão do risco de liquidez pode ser encontrado na sede da Distribuidora.

d) Risco Operacional

A Distribuidora exerce a gestão do Risco Operacional de suas atividades conforme determinam os normativos emitidos pelos órgãos reguladores do mercado financeiro do Brasil.

O gerenciamento do Risco Operacional tem como objetivo a identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos inerentes às atividades da empresa.

Para fins de cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), correspondente ao Risco Operacional (RWAOPAD), foi adotada a metodologia de abordagem do indicador básico.

O relatório com a descrição da estrutura de gestão de Risco Operacional pode ser encontrado no site da Distribuidora.

e) Gerenciamento de Capital

Nos termos da Resolução 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Banco Central do Brasil, a abordagem de gerenciamento de capital é orientada pelas estratégias e necessidades organizacionais da Distribuidora, levando em conta a regulamentação, o ambiente econômico e o ambiente comercial em que ela opera. Entende-se como gerenciamento de capital o processo contínuo de monitoramento e controle de capital mantido pela instituição; avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que a instituição está sujeita. O planejamento de metas e necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

No gerenciamento de capital, a Distribuidora mantém uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis alterações nas condições do mercado. A descrição da estrutura de gerenciamento de capital é evidenciada em relatório de acesso público, com periodicidade mínima anual e pode ser encontrada na sede da Distribuidora.

Quanto aos eventuais impactos da Covid-19, vide nota explicativa nº 1, a Administração tem analisado e tomado ações efetivas para preservar a integridade de pessoas e ativos.

18. LIMITES OPERACIONAIS

Desde 1º de janeiro de 1995, as instituições financeiras devem manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco de seus ativos, ponderados por fatores definidos na Resolução nº 2.099/94 e legislação complementar do BACEN. Desde o exercício de 2017, a Distribuidora calcula os limites operacionais, individualmente, pois em 19 de junho de 2017, o Banco Central do Brasil, aprovou o pedido de cancelamento da sua empresa ligada, Brascan Cia. Hipotecária que era a única empresa em que se consolidava os limites operacionais.

Em outubro de 2013, entraram em vigor as novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia III. As instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco de seus ativos, ponderadas pelos fatores que variam de 0% a 300% e um índice mínimo de 8% de patrimônio em relação aos ativos ponderados pelo risco.

Em 31 de dezembro de 2021, baseados nos cálculos do conglomerado prudencial, a situação da Distribuidora com relação ao índice de Basileia e as exigibilidades do patrimônio líquido pode ser assim demonstrada:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
PEPR - Total dos ativos ponderados pelo risco	2.747	2.813
PJUR - Risco de operações sujeitas à variação de taxa de juros	-	-
POPR - Risco Operacional	<u>119</u>	<u>258</u>
PRE - Patrimônio de Referência exigido	<u>2.866</u>	<u>3.070</u>

Cálculo do patrimônio líquido exigido:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
PR - Patrimônio Referência (resolução 4.192/13)	21.440	22.448
PRE - Patrimônio de Referência exigido	<u>(2.866)</u>	<u>(3.070)</u>
Situação (margem)	<u><u>18.574</u></u>	<u><u>19.377</u></u>

19. RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros.

Durante o exercício de 2021 e 2020, foram identificados os eventos registrados na tabela abaixo:

	2021		2020
	Semestre	Exercício	Exercício
Resultado no período	(419)	(1.007)	(1.527)
Resultados não recorrentes (*)	248	561	671
Receita financeira s/ levantamento depósito judicial de IRPJ	-	-	722
Receita financeira s/ reembolso de IPTU recebido	387	387	-
Receita com recuperação de imóvel s/ operações de crédito	20	333	-
Receita financeira de imóvel recuperado s/ operações de crédito	3	3	-
Despesa de provisão de "impairment" de imóvel recuperado	-	-	(51)
Despesas condominiais de imóveis recuperados	(89)	(89)	-
Comissão com leiloeiro de imóvel retomado	(21)	(21)	-
Despesas com IPTU de imóvel retomado s/ operações de crédito	(52)	(52)	-
Resultado Recorrente	(667)	(1.568)	(2.198)

(*) No exercício de 2021 a BRKB apresentou R\$ 561 (R\$ 671 em 31 de dezembro de 2020) de resultados não recorrentes com ênfase para a receita financeira sobre reembolso de IPTU recebido pela BRKB e R\$ 333 de receita financeira recebida sobre recuperação de operações de créditos do Antigo Banco Brascan, e que não fazem parte do curso regular das operações da BRKB.

20. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria e autorizadas para a emissão em 31 de março de 2022.

Esteban Fornasar
Diretor

Patrícia Fernandes Caseira
Diretora

Rogério Camilo de Lima
Contador
CRC nº RJ 059660/O